

ANUÁRIO

2014

6

**PODER MUNICIPAL E RELIGIOSIDADE
NA MADEIRA DE ANTIGO REGIME:
O IMPOSTO DE SÃO TIAGO MENOR, NO FUNCHAL**

ANA MADALENA TRIGO DE SOUSA

ANUÁRIO 2014

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

ISSN: 1647-3949, FUNCHAL, MADEIRA (2014)

PP. 102 - 118



CEHA
CENTRO DE ESTUDOS DE
HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

**PODER MUNICIPAL E RELIGIOSIDADE NA MADEIRA DE ANTIGO REGIME: O
IMPOSTO DE SÃO TIAGO MENOR, NO FUNCHAL**

Ana Madalena Trigo de Sousa

Investigadora Auxiliar do CEHA

RESUMO

É propósito deste estudo dar a conhecer a relação que existiu entre o poder municipal do Funchal e o culto de São Tiago Menor, padroeiro da cidade, na época do Antigo Regime. Em quatro pontos de análise, pretendemos em primeiro lugar, identificar o calendário litúrgico do município do Funchal; em segundo, verificar o envolvimento da vereação funchalense no processo de escolha de São Tiago Menor como padroeiro da cidade para, num terceiro ponto, fornecer alguns elementos descritivos relativos à festa - processional realizada em honra deste padroeiro. Finalmente, num quarto e último ponto, analisar a componente financeira do culto de São Tiago Menor, visível na existência de um imposto com o seu nome, com a identificação, caracterização e estabelecimento da forma de arrecadação do imposto de São Tiago Menor.

Palavras-Chave: Funchal; Município; São Tiago Menor; Imposto

ABSTRACT

This study's purpose is to analyse the relationship between Funchal's municipal council and the cult of the city patron, São Tiago Menor, during the "Antigo Regime" period. This essay is divided into four points of analysis. First, we identify Funchal's liturgical calendar. Secondly, we verify the role of Funchal's council during the process of choosing São Tiago Menor as the city patron. Thirdly, some descriptive elements about São Tiago Menor festivity are provided. Finally, we focused on the financial component of this subject, visible in the existence of a tax in his name, with the identification, characterization and establishment of the form of collection of this tax.

Keywords: Funchal; Municipality; São Tiago Menor; Tax

Introdução

É propósito deste estudo dar a conhecer uma das múltiplas componentes da religiosidade na Madeira no Antigo Regime, em concreto, a relação entre o poder municipal funchalense e o culto de São Tiago Menor, padroeiro desta cidade desde o século XVI.

Este estudo encontra-se dividido em quatro pontos. No primeiro, é identificado o calendário litúrgico do município do Funchal, definindo os momentos dedicados à manifestação religiosa da população, cuja devoção se revelava por ocasião da realização de festas e procissões. O segundo ponto é dedicado aos motivos que estiveram na origem da escolha de São Tiago Menor para padroeiro da cidade do Funchal, em 1521 e do envolvimento do município neste processo. Num terceiro ponto, é abordada a festa – processional de São Tiago Menor, forma de exteriorizar sentimento e sensibilidade religiosas, assim como práticas sociais e sacramentarias. Finalmente, no quarto e último ponto, a componente financeira desta manifestação religiosa. Sendo o município do Funchal a entidade que organizava e suportava os encargos relativos a esta festividade, interessa-nos aferir como é que se processava esse financiamento, questão que nos conduzirá à identificação, caracterização e estabelecimento da forma de arrecadação do imposto de São Tiago.

A escassez das fontes primárias manuscritas aliada à dispersão da informação relativa ao culto de São Tiago Menor implica que apresentemos um estudo que abrange genericamente a época do Antigo Regime, mas com uma focalização no século XVIII, pois datam dessa fase os elementos que, de uma forma

mais sistemática, nos permitem analisar a questão do imposto de São Tiago Menor, expressão prática do papel do município do Funchal como entidade asseguradora da realização da festa processional deste seu padroeiro.

1. Religiosidade no Funchal: O Calendário Litúrgico da Diocese

Numa época marcada por uma forte vivência do catolicismo, constatamos a existência de um quotidiano pautado pelo elemento religioso que assume “*diferentes dimensões de sensibilidade e sentimento, de espiritualidade e práticas sociais e sacramentais*”¹. Era um quotidiano regido pela Igreja que definia o tempo: o tempo para trabalhar e o tempo para descansar, estando esse descanso consignado a Deus e ao seu serviço².

Manifestação suprema da organização do tempo pela Igreja, era a existência do calendário litúrgico, estabelecido por decreto do Papa, e que foi aplicado, com as respectivas variantes, em todas as Dioceses do reino e dos territórios ultramarinos.

O calendário litúrgico da Diocese do Funchal era particularmente abrangente. Segundo as *Constituições Sinodais do Bispado do Funchal*, de 1578, eram fixados, para além dos Domingos, 41 dias santos³. Ao longo do ano, com excepção do mês de Abril, havia festividades, cuja celebração tinha uma data fixa. Assim, em Janeiro, decorria a Circuncisão do Senhor,

1 GOUVEIA, 2000, «Procissões» [...], pp.334-345.

2 GOUVEIA, 2000, «O Controlo do Tempo» [...], pp.317-322.

3 SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico* [...], pp.976-985.

a festa dos Reis Magos e a festa de São Sebastião; em Fevereiro, a Purificação de Nossa Senhora e São Matias, Apóstolo; no mês de Março, a Anunciação de Nossa Senhora; em Maio, São Filipe e São Tiago Menor, Apóstolos, e ainda a festa de Santa Cruz; em Junho, celebrava-se São João Baptista e São Pedro e São Paulo; decorriam no mês de Julho as festas da Visitação de Nossa Senhora e de São Bartolomeu, Apóstolo; no mês seguinte, a devoção das populações contemplava Nossa Senhora das Neves e a Assunção de Nossa Senhora, e, ainda, São Lourenço e São Bartolomeu, Apóstolo; em Setembro, celebrava-se o Nascimento de Nossa Senhora, São Mateus, Apóstolo e São Miguel; em Outubro, as festividades de São Simão e São Judas, Apóstolos; em Novembro, decorria a Festa de Todos os Santos e a de São André, Apóstolo; finalmente, no mês de Dezembro, celebrava-se a Conceição de Nossa Senhora, a festa de Nossa Senhora ante o Natal, a de São Tomé, Apóstolo, a Festa do Natal e três dias das Oitavas do Natal⁴.

Este calendário, fixado na Diocese do Funchal, pouco terá variado ao longo dos séculos XVI a XVIII, à semelhança do que aconteceu nas restantes dioceses do reino e dos espaços ultramarinos⁵.

De acordo com Henrique Henriques de Noronha, cuja informação data de 1722, as festas processionais celebradas tinham duas naturezas distintas, em função da sua origem. Desta forma, existiam aquelas que tinham origem no voto ou devoção das populações, e, num segundo caso, as festividades que ocorriam por disposição da Igreja e da lei do reino.

Por determinação da Igreja, havia a procissão da Ressurreição do Senhor, celebrada no dia de Páscoa; a procissão do Corpo de Deus, festa móvel que decorria na quinta-feira depois da Oitava do Pentecostes; a procissão do Sacramento, a principal festa celebrada na Sé do Funchal e que decorria no Domingo seguinte ao Corpo de Deus; a da Visitação da Senhora, a 2 de Julho; a do Anjo Custódio, no terceiro Domingo de Junho; e, por último, a procissão do dia da Assunção da Senhora, a 15 de Agosto⁶. Em relação às efectuadas por disposição régia, Henrique Henriques de Noronha menciona a procissão da Bula da Santa Cruzada, por decreto do rei D. Manuel I, de 28 de Junho de

1515, cuja execução não tinha tempo determinado; a procissão de Santo António, por provisão do rei D. Pedro II, de 13 de Agosto de 1685, com realização a 13 de Junho; e a Acção de Graças pela Restauração de 1640, celebrada no dia primeiro de Dezembro⁷.

Em relação às festas processionais efectuadas por voto da população, são referidas a do Mártir São Sebastião, celebrada a 20 de Janeiro; a de São Tiago Menor, padroeiro máximo do Funchal, realizada no dia 1 de Maio; e a de São Roque, no dia 16 de Agosto⁸.

Se a Igreja era a instituição estruturante e reguladora da vida espiritual da população, o poder municipal, com o seu papel fundamental na organização administrativa das comunidades locais, assumia um conjunto significativo de responsabilidades do domínio da gestão da *coisa pública*, entre elas, o de promover e organizar os eventos religiosos: referimo-nos às festas processionais, momentos de devoção/celebração, e às preces e rogativas, momentos de devoção/aflição.

Em momentos de particular aflição para a comunidade – ausência prolongada de chuva, epidemias, fome –, o poder municipal assume a iniciativa de contactar as autoridades religiosas e toda a população para se concentrarem nos locais de culto, com a finalidade de se realizarem preces e rogativas até ser alcançada a misericórdia divina com a reposição da ordem natural das coisas e o fim dos flagelos⁹. No Funchal, essas preces eram dirigidas, sobretudo, a São Tiago Menor, padroeiro e protector da cidade, de quem se esperava a generosa intercessão que, por seu turno, seria devidamente reconhecida e devotada. Assim, durante 9 dias consecutivos, a população, concentrada na igreja de São Tiago Menor, rezava ao seu padroeiro pedindo que cessassem os fenómenos que ameaçavam a saúde e a prosperidade de toda a comunidade¹⁰. Era precisamente em torno da imagem de São Tiago Menor que se congregavam os fiéis nestes momentos de maior angústia colectiva, numa manifestação devocional que se revelou uma das mais peculiares da religiosidade madeirense¹¹.

As principais festas organizadas e realizadas

4 VIEIRA, 1993, «As Constituições Sinodais das Dioceses de Angra, Funchal e Las Palmas» [...], pp.455-481; SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico* [...], pp.976-985.
5 GOUVEIA, 2000, «O Controlo do Tempo» [...], pp.317-322.
6 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.322-325.

7 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.322-325.
8 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.321-322.
9 SOUSA, 1998, «Os Municípios do Funchal e de Machico» [...], pp.303-326.
10 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro 1359, fl.23-23vº; Vereações, Livro 1361, fl.56vº-57.
11 VIEIRA, 2005, «A Igreja e a Cultura» [...], pp.175-206.

pelo município do Funchal eram as do mártir São Sebastião e de São Tiago Menor, dentro das procissões com origem no voto, e a do Corpo de Deus, no âmbito daquelas determinadas pela Igreja. O papel desempenhado pelo município revelou-se fulcral, não só pela sua capacidade organizativa e pela assunção dos respectivos encargos, mas, sobretudo, pela sua capacidade de mobilização de toda a comunidade porque, e nas palavras de Maria Helena da Cruz Coelho, “um quotidiano de trabalho e vizinhança exige, em consentâneo, um tempo extraordinário de festa”¹².

2. São Tiago Menor, Padroeiro do Funchal: Uma Devoção Institucionalizada pelo Município Funchalense

O culto de São Tiago Menor, padroeiro maior da cidade do Funchal é uma componente da religiosidade madeirense, com a particularidade de ser, na expressão de Alberto Vieira, uma devoção institucionalizada pelo seu município, em resultado do surto de peste que assolou a Madeira no decurso do primeiro quartel do século XVI¹³. A par de São Tiago Menor, a cidade do Funchal contava com outros dois padroeiros, São Sebastião e São Roque, mas com um estatuto secundarizado. A partir de 1803, Nossa Senhora do Monte, cuja devoção remontava a finais do século XVII, tornou-se predominante, com a consagração da cidade e seus arredores à sua protecção¹⁴.

O culto de São Tiago Menor, na sua qualidade de protector da cidade contra as doenças e demais flagelos, remonta ao ano de 1521. Nesse ano, em virtude da epidemia que grassava violentamente, causando uma elevada mortalidade entre os habitantes da cidade, a vereação do Funchal tomou a iniciativa de reunir com o cabido, na Sé catedral para, juntamente com a população, decidir qual o santo a quem pediriam a devida protecção contra o mal da peste. Essa reunião decorreria no dia 8 de Junho do mencionado ano e “por serviço de Deus Nosso Senhor” foram elaborados 15 escritos, cada um contendo um nome a sortear, a saber: Jesus Cristo, Nossa Senhora,

São João Baptista e cada um dos doze apóstolos¹⁵, sendo de seguida colocados dentro de um saquinho. Requerida a presença de um menino de sete anos, foi-lhe pedido que retirasse do saquinho, aleatoriamente, um desses escritos. Simultaneamente, os oficiais do município determinaram que a entidade religiosa contemplada seria objecto de culto devocional, com templo respectivo, e “assim por sorte prouve ao Senhor Deus sair o nome de Santiago Menor”¹⁶. Consequentemente, desse dia em diante, ficou estipulado pelo poder municipal que São Tiago Menor seria o “intercessor e advogado ao Senhor Deus por o povo desta cidade”¹⁷. De acordo com o cronista Henrique Henriques de Noronha, a 24 de Janeiro de 1523, foram repetidos os votos a São Tiago Menor. Devido à persistência do surto epidémico, reuniram na Sé do Funchal, sob a iniciativa do município, o capitão Simão Gonçalves da Câmara, os oficiais camarários, os cidadãos e demais povo que, por meio de uma oração organizada pelo Deão e pelo Cabido da dita catedral, renovaram os seus votos a São Tiago Menor: “juraram nas mãos de Deus, por si e por seus sucessores, de reconhecerem por seu padroeiro máximo o Santo Apóstolo e de o festejarem todos os anos na sua casa com missa cantada e sermão; para o que irão no seu dia primeiro de Maio, com procissão solene”¹⁸. Contudo, passados alguns anos, mais concretamente em 1538, verificava-se que o mal da peste continuava a vitimar a população do Funchal. Entre o início desse ano e o início do mês de Maio, altura da celebração de São Tiago Menor, tinham morrido muitos funchalenses. Logo, e na perspectiva da época, o que é que poderia ser feito? O cronista Gaspar Frutuoso, no Livro Segundo de *As Saudades da Terra*, obra de finais do século XVI, ao relatar os acontecimentos sucedidos nesse ano, afirmava que a inspiração divina, “como em um coração e vontade”, foi a solução do problema¹⁹. Encontramos em Henrique Henriques de Noronha, já no século XVIII, o mesmo tipo de relato. Ambos afirmam-nos que foi por via de um acontecimento milagroso que São Tiago Menor seria, definitivamente, consagrado como padroeiro do Funchal. Esse acontecimento consistiu num acto de fé mediante o qual a população devota reconhecia que a saúde da comunidade não dependia da acção dos homens, mas sim da acção de

12 COELHO, 1998, «O Poder Concelhio em Tempos Medievais» [...], pp.49-62.

13 VIEIRA, 2005, «A Igreja e a Cultura» [...], pp.175-206.

14 SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense* [...], Volume III, pp.36-38; VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense* [...], pp.204-206.

15 *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], 1998, p.118.

16 *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], 1998, p.118.

17 *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], 1998, p.118.

18 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.165-166.

19 NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

Deus “a quem se encomendavam e dele esperavam a saúde da cidade”²⁰. Ao mesmo tempo que a população se entregava a São Tiago Menor, foi realizada, sob a iniciativa da câmara do Funchal, uma procissão pela cidade, congregando, lado a lado, os sãos e os doentes. Entretanto, na Igreja de São Tiago, entretanto edificada, foram colocadas, no altar, as varas dos guardas-mores da saúde²¹. E, segundo os cronistas, Gaspar Frutuoso e Henrique Henriques de Noronha, a partir desse momento, os doentes que tinham participado na procissão ficaram sãos e o mal da peste não voltou a ameaçar o Funchal e toda a ilha.

Interessa salientar o simbolismo do acto de colocação das varas dos guardas-mores no altar da igreja do santo, com a finalidade de rogar a Deus que fizesse, no plano divino, o trabalho que aqueles oficiais faziam no plano terreno, algo que, na perspectiva dos crentes, seria mais eficaz; e, igualmente, a menção que Henriques de Noronha faz ao facto de que Deus não teria apenas acabado com esse mal na terra mas também teria acabado com o mal que habitava o coração e a boca dos homens²². Ou seja, os crentes não estariam a demonstrar, com a necessária fé, a devoção a São Tiago Menor. Sendo assim, era necessário fazer progredir e melhorar comportamentos e práticas devocionais. Como? Em primeiro lugar, pelo uso e divulgação do um “milagre” que pretendeu reforçar a interiorização da fé dos funchalenses em São Tiago Menor. Refira-se que o milagre, classificado por Henriques de Noronha como uma “*estupenda maravilha*” que nem precisou de ser autenticada por ser toda a população testemunha do sucedido, foi o motivo que conseguiu, de aí em diante, impor hábitos de devoção a São Tiago Menor. Em consequência desse “milagre”, o povo, devidamente instruído pelos oficiais do município, fez novo voto a São Tiago Menor, por si e pelos seus descendentes, (o terceiro desde 1521), e em lembrança deste milagre passou-se a realizar, regularmente, a festa processional de dia 1 de Maio, algo que, certamente, não estaria a ser observado até então. Era necessário que ficasse enraizado, junto da população, a ideia de que o mal da peste teria cessado apenas por decisão divina, com a respectiva intercessão de São Tiago Menor. No plano da instituição municipal, o culto de São Tiago Menor tornou-se indissociável da simbologia do poder desta

cidade por via da incorporação da imagem deste santo na bandeira e no selo do Funchal²³.

Fundamental no processo de interiorização e reforço da devoção dos crentes é a edificação de um templo cujo altar albergue a respectiva imagem do santo a devotar. Tal aconteceu, logo em 1521, na sequência do cerimonial de escolha de São Tiago Menor como padroeiro da cidade. Com efeito, nas palavras de Henriques de Noronha, no dia 26 de Julho desse ano, foram todos descalços em procissão solene, levando um retábulo com a imagem de São Tiago Menor, debaixo de um palio, até ao lugar destinado para a edificação da sua igreja²⁴. Esse local, terra doada por António Spínola, ficava situado na freguesia de Nossa Senhora do Calhau, e nele fora construída a então denominada igreja de São Tiago. Em 1538, já estaria edificada pois Henrique de Noronha, quando nos relata o milagre, refere uma procissão feita até à igreja do santo e que no seu altar tinham sido oferecidas as varas dos guardas-mores da saúde, conforme já referimos. A capela de São Tiago teria sido, posteriormente, ampliada e, já no século XVII, mais concretamente em 1632, solenemente sagrada pelo então bispo da Diocese, D. Jerónimo Furtado²⁵. O terramoto que atingiu a Madeira em 1748 deixou este edifício em muito mau estado, tendo ficado impossibilitado o culto devocional. Importa referir que esta igreja estava, certamente desde a sua edificação, sob administração da câmara do Funchal que tinha a responsabilidade de zelar pelo seu ornato e manutenção²⁶. Quais as providências tomadas pelo município, na sequência do terramoto de 1748? Em primeiro lugar, tratou de assegurar o financiamento da obra da nova igreja através de uma exposição dirigida ao monarca. Pela resposta deste, contida num mandado do Conselho da Fazenda, de 13 de Novembro de 1750, ficamos com a informação de que o rei, “*pela sua piedade e real clemência*” concedeu, para as obras de reedificação, a quantia de 10 mil cruzados, com a particularidade de ser esta verba proveniente “*da cobrança da contribuição do quatro e meio por cento do ano de 1749 e do presente ano, e do que a mesma cidade deve até ao ano de 1738*”²⁷. Por ordem do provedor da Fazenda Real do Funchal foi elaborado,

20 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.493-495.

21 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.493-495; NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

22 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.493-495.

23 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.492-493.

24 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.165-166.

25 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.368-369.

26 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Reedificação, Livro 462, fl.5-6.

27 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Reedificação, Livro 462, fl.4-5.

em 1751, um orçamento pelo mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins, que ascendeu ao valor de 1:493\$623²⁸. Por ser superior ao valor concedido por mercê régia, a câmara municipal deliberou, já em Janeiro de 1754, mandar reelaborar o projecto de construção e respectivo orçamento, de forma que fossem compatíveis com a quantia ao dispor do município²⁹. A cerimónia de colocação da primeira pedra da obra da nova igreja de São Tiago Menor ocorreria em Setembro desse ano³⁰. Ainda no âmbito do pós-terramoto de 1748, o município tratou de assegurar o transporte das “*milagrosas imagens*” de São Tiago Menor para a capela do Corpo Santo, onde ficariam guardadas até à conclusão das obras da nova igreja. Essa transferência foi feita por meio de uma procissão solene realizada em 21 de Novembro de 1752³¹. O novo edifício, a actual igreja do Socorro, só estaria concluído em 1768³².

É importante dar alguns apontamentos sobre a questão do uso das imagens associada às práticas do catolicismo. Fizemos menção à existência de uma imagem de São Tiago Menor aquando da edificação do seu primitivo templo, em 1521. Se Henrique Henriques de Noronha afirma, em 1722, que o uso das imagens “*afervoram a devoção*”³³ dos crentes, é preciso ter em consideração que o Concílio de Trento (1545-1563) esclareceu e estabeleceu as condições relativas ao uso das imagens, no contexto de definição teológica e de um modelo de catecismo, visando a uniformização do ritual religioso e o combate ao absentismo dos fiéis³⁴. Mais especificamente, mencionamos o *Decreto sobre a invocação, a veneração e as relíquias dos santos e sobre as imagens sagradas*, promulgado em 1563, por ocasião da 25ª sessão do Concílio de Trento³⁵. Recorrendo às palavras de Isabel Santa Clara Gomes, verifica-se que foi sancionado “*o papel dos santos como intercessores e a legitimidade da veneração das suas imagens [...] com vários argumentos, entre os quais a existência de uma se-*

melhança entre a representação e o seu referente, em consequência da qual ter e conservar imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos, honrá-las e venerá-las, equivale a invocar os originais que elas representam. Através das pinturas ou outras representações, pode-se ensinar os mistérios da Redenção e venerar, com frequência, os artigos da fé”³⁶.

Temos conhecimento da existência de inventários do espólio da igreja de São Tiago Menor. Com efeito, chegaram aos nossos dias inventários relativos aos anos de 1731, 1761, 1767, 1789, 1803, e 1831, documentos representativos da generalização do uso das imagens na prática devocional. Esses inventários eram realizados quando havia mudança de capelão da igreja e sempre sob a superintendência do município, na qualidade de entidade administradora daquela igreja e, consequentemente, de todo o seu espólio.

O de 1731 tem a particularidade de revelar o espólio mais abundante. Não nos esqueçamos que o terramoto de 1748 danificou seriamente a igreja e deve ter sido motivo de destruição e/ou desaparecimento de objectos e alfaia. Realizado pelo capelão da igreja em presença do juiz de fora, Sebastião Mendes de Carvalho, e do vereador mais velho do município do Funchal, Pedro de Freitas da Silva, permite-nos constatar que a igreja de São Tiago Menor, além das imagens do dito santo representadas num retábulo “*dividido em três partes no altar*” e de outro retábulo alusivo ao milagre realizado pelo mesmo santo, tinha um significativo número de alfaia litúrgicas e outras peças em prata e estanho, além de roupas ornamentais e de frontaria, isto é, telas que revestiam a frente do altar³⁷.

Em 1761, na reunião da vereação de dia 26 de Maio, constatamos que coube ao então tesoureiro do município, Nicolau Francisco Borges, fazer a entrega da prata pertencente à igreja de São Tiago Menor. Essa lista de alfaia litúrgicas, feita “*para dar conta a todo o tempo*”, é mais reduzida do que a de 1731 e ignoramos o motivo concreto que a originou, uma vez que não foi realizada pelo capelão nas instalações da igreja³⁸. Podemos apenas deduzir que caberia ao tesoureiro do município guardar a prata da igreja de São Tiago.

28 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Reedificação, Livro 462, fl.6-17.

29 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Reedificação, Livro 462, fl.21.

30 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro 1354, fl.63vº-64.

31 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro 1353, fl.23vº-24vº.

32 Arquivo Regional da Madeira, Governo Civil, Governo de João António de Sá Pereira, Livro 526, fl.15-15vº.

33 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p.176.

34 VIEIRA, 1993, «As Constituições Sinodais das Dioceses de Angra, Funchal e Las Palmas» [...], pp.455-481.

35 PESTANA, 2004, *Das Coisas Visíveis às Invisíveis* [...], p.24.

36 PESTANA, 2004, *Das Coisas Visíveis às Invisíveis* [...], p.24.

37 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.1-4.

38 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.4vº-5.

O inventário elaborado em 1767 reporta-se aos “ornamentos” daquele templo, mais especificamente às roupas e aos frontais³⁹; sendo os de 1789 e 1803 muito mais amplos, o que denota a existência de um processo de reapetrechamento da igreja, quer em roupas, quer em mobílias⁴⁰.

O último inventário que foi possível localizar data de 1831 e deu cumprimento a uma ordem da câmara municipal do Funchal, de Dezembro de 1828. Tem a particularidade de ter sido feito sob alçada do procurador dos mestres, Francisco da Conceição. Novamente, a referência às imagens: “nosso padroeiro São Tiago; São Filipe com diadema e bordão de prata; São Sebastião; Santo Elias com o seu saco de prata; Nossa Senhora do Rosário com seu nicho; um Santo Cristo com título e diadema de prata”⁴¹.

3.A Festa Processional de São Tiago Menor

Logo por ocasião da eleição de São Tiago Menor como padroeiro, em 1521, e no momento da promessa solene de devoção, ficou estabelecido que, no dia 1 de Maio de cada ano, seria realizada uma festa em honra do santo, conforme nos assegura Henrique Henriques de Noronha: “ao qual farão procissão solene, a qual sairá da Sé da dita cidade, solenemente, e irão à dita casa do bem-aventurado santo, onde lhe farão vésperas solenes, e assim outro tanto se fará o próprio dia como missa solene e procissão; as quais procissões se farão como o próprio dia de Corpo de Deus”⁴². Assim, importa reter que o modelo a seguir seria o da festa do Corpo de Deus, sem dúvida, a mais

importante festividade celebrada nos concelhos da época medieval e moderna⁴³. A celebração de uma festividade religiosa por meio da realização de uma procissão, antes ou após o momento de interiorização e oração efectuados no interior da igreja, constituiu um meio essencial para fomentar e regulamentar a aproximação dos crentes ao divino. As palavras de António Camões Gouveia são particularmente elucidativas: “*Aliadas ao sentir religioso e à sua catequização, estariam todas aquelas [as procissões] que visavam a saudação e reverência do Corpo de Deus, as que contemplam a figura protectora e auxiliadora da Virgem Maria e, por fim, as dos intercessores santificados [...] fazer procissões foi aceitação da representação exterior como atitude de crença e forma de catequizar e enquadrar os comportamentos dos fiéis*”⁴⁴.

Neste processo de enquadramento do comportamento dos fiéis, a instituição municipal desempenhou um relevante papel na qualidade de entidade organizadora e financiadora das festas processionais.

A organização da festividade de São Tiago Menor era da responsabilidade da câmara do Funchal, em virtude da capacidade de mobilização da toda a comunidade por parte da instituição municipal. O compromisso com São Tiago Menor traduzia-se, igualmente, na integração dos vereadores na confraria deste santo e na responsabilidade pela eleição do capelão e pagamento do respectivo vencimento⁴⁵.

Cabe, portanto, ao município a tarefa de reunir toda comunidade, onde se incluem os representantes do poder eclesiástico e os representantes do poder secular; as gentes da governação camarária e demais população. Contudo, importa especificar que a vereação define e regulamenta a parte laica dos festejos, ficando a definição dos aspectos que integram a componente religiosa a cargo da hierarquia eclesiástica. Igualmente digno de nota o facto de o município assumir todos os encargos relacionados com a realização de todas as festividades religiosas, incluindo a de São Tiago Menor⁴⁶. Em virtude da au-

39 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.5vº-6.

40 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.8vº-9vº, e fl.12-13.

41 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.61vº-62. Hoje, a igreja do Socorro tem algumas pinturas de grande valor e interesse, que foram recentemente estudadas por Rita Rodrigues, RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira* [...], Tomo II; Anexo B, pp.2-3. A Autora fez o estudo dessas pinturas e concluiu serem da autoria de André Gonçalves (elaboradas entre 1740 e 1750) e da Oficina Nacional (século XVIII). Contudo, a Autora refere a impossibilidade de se conseguir estabelecer a sua correcta proveniência, isto é, se teriam vindo da antiga igreja de São Tiago, destruída na sequência do terramoto de 1748, ou se teriam sido feitas de propósito para o actual tempo, cujas obras foram concluídas em 1768. Essas imagens não constam dos inventários aqui mencionados.

42 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.492-493.

43 COELHO, 1998, «O Poder Concelhio em Tempos Medievais» [...], pp.49-62.

44 GOUVEIA, 2000, «Procissões» [...], pp.334-345.

45 VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense* [...], pp.204-206.

46 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.237-239. Os encargos que o município do Funchal assumia com a realização das festividades religiosas que decorriam no espaço concelhio não se encontram discriminados. Os registos são temporalmente descontínuos e quando surgem constata-se que foram englobadas

sência de elementos específicos da festividade em apreço, socorremo-nos de outros, maioritariamente relativos à festa do Corpo de Deus, para dar uma ideia da componente laica, ou seja, a organização do evento e a convocação da comunidade.

Em primeiro lugar, era fundamental assegurar que as áreas limítrofes ao templo fossem devidamente limpas, assim como as ruas por onde iria passar a procissão, notificando-se, com esse objectivo, os moradores para que procedessem à limpeza das suas testadas, à recolha dos animais e ao enfeite das janelas e varandas das suas habitações⁴⁷. De seguida, a câmara providenciava o transporte da rama e outra vegetação de carácter decorativo para enfeitar as ruas e tratava de mandar lançar os pregões de notificação de comparência da população, ou seja, das pessoas que seriam parte integrante do cortejo⁴⁸. Neste ponto, é fundamental destacar a eleição, efectuada entre os membros da elite municipal, dos responsáveis por carregar as varas do palio e as tochas, assim como as notificações dirigidas especificamente aos oficiais mecânicos para que integrassem o cortejo, devidamente trajados e com as suas insígnias⁴⁹. Um outro ponto a salientar relaciona-se com a eleição, também efectuada sob responsabilidade do município, do *guia da dança das Espadas e do guia da mourisca*, ou seja, dos responsáveis pelo assegurar da parte lúdico -profana da procissão⁵⁰.

A integração no cortejo processional era de carácter obrigatório para todos os elementos mencionados, quer fossem membros da elite municipal, quer oriundos dos estrados populares. Logo, temos informação de que os faltosos eram, por norma, responsabilizados e punidos com o pagamento de uma multa, a saber: 500 réis para os oficiais mecânicos e demais representantes dos grémios profissionais; 6000 réis para os membros da elite municipal, por ocasião da primeira transgressão, e 12.000 réis na segunda. Tal acontecia por se considerar a não comparência, sobretudo por motivos injustificados, algo que ridicularizava a *rés pública* e os preceitos do Se-

nado do Funchal⁵¹. Esta componente punitiva do município, aplicada ao contexto de celebração de uma festa processional, explica-se por serem acontecimentos entendidos como um momento, por excelência, de reunião de toda a comunidade urbana, num ritual que visa reforçar, na expressão de Bernardete Barros, Fátima Freitas Gomes e Iolanda Silva, as estruturas sociais estabelecidas e, simultaneamente, assegurar a solenidade, a ordem e o prestígio do evento⁵². Porque, no fulcro deste acontecimento está uma procissão, um cortejo que segue uma ordem definida por rígidos preceitos religiosos e protocolares. Logo, como nos afirma António Camões Gouveia, a procissão constituiu “*uma forma de representação dos poderes em presença: o de Deus que a Igreja manifesta e que o povo dos fiéis participa, venera e aplaude; o da Igreja, capaz de configurar a memória realizando a festa – comemoração; o do concelho que participa de diferentes maneiras e com diferentes proximidade do palio, dos objectos processionais, andores e estandartes*”⁵³. No cortejo está a configuração social do concelho, com a sua organização protocolar, plena de precedências, uma realidade causadora de múltiplos conflitos institucionais, que ocorriam em plena procissão. Nesses conflitos, que normalmente tinham como protagonistas os representantes das instâncias de poder, disputava-se a permanência no lugar logo a seguir ao palio, num conflito que visava impedir usurpações de jurisdição que, perante a comunidade, diminuíssem o prestígio das instituições envolvidas. Para os solucionar, invocavam-se privilégios antigos e disposições régias. A procissão do Corpo de Deus dá-nos alguns exemplos dessa conflituosidade entre a vereação do Funchal e outras instâncias de poder, designadamente, o bispo da diocese, o governador e o capitão – general e o corregedor da comarca⁵⁴.

Descrever a festa processional de São Tiago Menor só se afigura possível de uma forma mais parcelar, ao contrário da festa do Corpo de Deus, que possui registos mais constantes e mais pormenorizados. Algo que não é de estranhar, pois, nos concelhos de Antigo Regime, o Corpo de Deus era a mais importante celebração religiosa⁵⁵. A festividade dedicada a São

as três principais festividades realizadas no Funchal: Mártir São Sebastião, São Tiago Menor e Corpo de Deus, não havendo um rol específico de cada festa com as tipologias dos gastos realizados. Os únicos livros da Câmara do Funchal identificados como relativos, entre outras, às despesas efectuadas especificamente com a festa de São Tiago Menor, entre 1728 e 1730, e entre 1722 e 1736, encontram-se em mau estado de conservação, não sendo possível a sua leitura.

47 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.188-194.

48 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.188-194.

49 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.188-194.

50 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.188-194.

51 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.188-194.

52 BARROS, GOMES, SILVA, 1989, «A Festa Processional *Corpus Christi* no Funchal» [...], pp.344-356.

53 GOUVEIA, 2001, «Procissões» [...], pp.67-72.

54 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.188-194.

55 BARROS, GOMES, SILVA, 1989, «A Festa Processional *Corpus Christi* no Funchal» [...], pp.344-356.

Tiago Menor, para além da usual componente religiosa a cargo da hierarquia eclesiástica, tinha a componente lúdica e agregadora dos estratos populares da sociedade, cuja organização era da responsabilidade do município, conforme já referimos. As referências contidas na documentação falam-nos de um cortejo, algo fundamental numa festa processional, cortejo esse que se iniciava no espaço sagrado, isto é, na igreja do santo festejado, e que, depois, percorria as principais ruas da cidade. Esse cortejo era integrado pelos elementos do clero e pelos representantes da elite municipal, nele participando de uma forma organizada de acordo com o protocolo, e pelos fiéis que manifestavam a sua crença de uma forma peculiar, ou seja, por meio de um espectáculo visual, cuja representação simbólica manifestava a conjugação entre elementos sagrados e elementos profanos. Em referências do ano de 1696, constatamos que a câmara responsabilizava, mediante a aplicação da respectiva coima, um conjunto de indivíduos porque não tinham comparecido na procissão *“com as figuras e danças de obrigação”*⁵⁶. Este documento, dá-nos um conjunto de informações que vale a pena elencar:

- Os juízes do ofício de sapateiro tinham de levar o *“drago”*;
- Os juízes do ofício de alfaiate tinham de levar a *“serpe”*;
- Os juízes do ofício de moleiro tinham de levar o *“anjo”*;
- O mordomo dos hortelões tinha de levar o *“carro”*;
- Os boieiros eram responsáveis pela *“dança das espadas”*;
- Os arrieiros tinham de levar os *“cavalinhos frescos”*;
- Os carneiros e taverneiros eram responsáveis pela *“dança costumada”*;
- Os pescadores, medidores e arrumadores tinham de levar as *“pélas”*;
- Os padeiros, carreteiros, tripeiros, e lavadeiros com a *“dança a que são obrigados”*;
- Os imaginários, pintores, calafates e cordoeiros com a *“dança a que são obrigados”*⁵⁷.

Estas danças tinham um carácter eminentemen-

te burlesco, podendo chegar a ser consideradas *“indecentes”*, tendo os oficiais do município de as mandar proibir⁵⁸. É também mencionada a *“dança dos molachinos”*, bem como a presença de raparigas que bailavam nos ombros dos dançarinos, e a presença dos *“gigantes”* [...] *mais o seu tamboril*⁵⁹. Em referências anteriores ao século XVII, verificamos a presença de um outro elemento nos festejos dedicados a São Tiago e que era a tourada. Com efeito, cabia à vereação providenciar os touros que iriam correr no dia do santo, com a particularidade de se dar condições vantajosas, no abate e venda de carne, à pessoa que fornecesse os ditos touros⁶⁰. Para se poder assistir às corridas de touros, eram providenciados, também pelo município, os palanques⁶¹, certamente engalanados com a bandeira da cidade.

A realização das danças burlescas e o espectáculo por elas proporcionado, era uma forma de mobilização de um maior número de fiéis. E, se as autoridades as permitiam e incentivavam, dentro dos limites da *“decência”*, era precisamente por terem a noção de que era necessária uma boa adesão da comunidade à celebração da festividade de São Tiago Menor, permitindo-se, nas palavras de José Manuel Azevedo e Silva, *“uma simbiose de sagrado e profano, de acto de fé e divertimento”*⁶². A proibição dos *“excessos”*, decretada pela autoridade municipal, representa a tentativa de implementação de uma moralização destes actos, visando impedir uma completa transformação de uma festa dedicada a um santo numa simples festa profana. As regras de comportamento da comunidade, aquando a realização de uma festa religiosa foram, segundo António Camões Gouveia, uma das grandes batalhas pós Concílio de Trento, em que se procurou impor às procissões uma *“codificação da fé na expressão social exterior e espectacular que se representava na rua”*⁶³.

Momentos da maior importância, no contexto da celebração de São Tiago Menor, foram a sagração da sua igreja, em 1632, e a transladação da imagem do santo em 1752, 1768 e 1789.

A sagração da igreja de São Tiago Menor, em

56 NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

57 NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

58 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago Menor: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.31-32.

59 NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

60 Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...], 1998, p.340.

61 Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...], 1998, p.472.

62 SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico* [...], pp.904-905.

63 GOUVEIA, 2001, «Procissões» [...], pp.67-72.

1632, foi um acontecimento digno de registo pormenorizado. Henrique Henriques de Noronha descreve-nos como a vereação do Funchal, após a anuência do então bispo da diocese, decidiu fazer a celebração, a 25 de Julho desse ano: foram duas semanas de festejos (oito dias antes da sagração do templo, oito dias após a mesma) com *“luminárias e invenções de fogo de noite [...] e os dias em várias festas de touros, e outras muitas invenções de danças e folias”*⁶⁴. Além destas festas, fez-se a *“soleníssima procissão”*, presidida pelo bispo do Funchal, que, ao sair da Sé Catedral e ao entrar na igreja de São Tiago, foi assinalada com salvas de artilharia⁶⁵.

A trasladação das imagens de São Tiago Menor, da sua igreja arruinada pelo terramoto de 1748, ocorreu em Novembro de 1752. Com a solenidade de uma procissão, as ditas imagens foram levadas para a capela do Corpo Santo⁶⁶. Em 1768, estando o novo templo concluído, foram as imagens transferidas da capela do Corpo Santo para a nova igreja. Novamente, tratou-se de um acto realizado por via de uma procissão solene para o qual a câmara solicitou a participação do governador e capitão – general, em concreto, para que determinasse às companhias de ordenança que viessem guarnecer as ruas por onde passava a procissão. Da parte do então governador, João António de Sá Pereira, a resposta à petição do município não podia ser mais anuente: *“hei-de passar as precisas ordens para o seu efeito, satisfazendo não só a minha e sua [da câmara municipal] vontade, mas também a veneração que me deve tão santo protector”*⁶⁷.

4.O Imposto de São Tiago Menor

Uma das principais competências do município do Funchal no Antigo Regime era a administração financeira. Assim, possuía a faculdade de cobrar um conjunto de receitas com a finalidade de suportar as despesas que estava obrigado a assumir.

No conjunto da receita municipal, o imposto de

São Tiago tem duas particularidades: a sua origem e respectiva aplicação e a sua forma de registo. Assim, trata-se de um imposto que tem origem no *costume* e destinava-se a ser aplicado, única e exclusivamente, para o culto e ornato do Santo Padroeiro⁶⁸, sendo a sua receita registada em tombo próprio, não constando nos livros de receita e despesa do município do Funchal⁶⁹. O estudo de Cabral do Nascimento sobre este imposto contém uma transcrição do Livro dos Provimientos dos Corregedores, do ano de 1768, que nos informa, com precisão, sobre o surgimento peculiar deste imposto: *“tem sua origem de que antigamente costumavam os taberneiros e fanqueiros da cidade e do campo [...] os medidores de pão, os arrumadores de Navios, os mariolas da alfândega, os almocreves [...] os moleiros dos moinhos desta cidade armar suas danças e figuras nas procissões reais e para se desterrar esta abusiva profanidade, em execução das ordens de Sua Majestade, convieram os ditos em darem uma pequena contribuição aplicada ao culto do Santo Padroeiro”*⁷⁰. De novo o elemento profano associado às procissões religiosas e que, na perspectiva dos poderes instituídos, era necessário “desterrar”. A componente financeira do culto de São Tiago Menor surge, precisamente, aqui. Uma vez que as manifestações do elemento popular se tornaram excessivamente profanas, entendeu a instituição municipal, com o devido enquadramento do rei, que os responsáveis por esses actos deveriam pagar um tributo e contribuir, quicá de uma forma mais útil, para o culto e ornato de São Tiago Menor. Na prática, o elemento popular é chamado a ajudar o município a suportar as despesas inerentes à existência de um santo -padroeiro.

Conforme foi referido, os valores do imposto de São Tiago Menor eram registados em livro próprio. No Arquivo Regional da Madeira, no núcleo da documentação pertencente à Câmara Municipal do Funchal, existem dois livros que contêm os valores do imposto, num arco temporal que começa em 1734 e que acaba em 1806, com alguns hiatos. Pelos registos de cada livro, podemos deduzir que este imposto tinha dois tipos de proveniência: podia ser cobrado por meio de arrematação e também podia ser cobrado por intermédio de taxas lançadas sobre a activida-

64 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.503-504.

65 NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp.503-504.

66 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro 1353, fl.24.

67 Arquivo Regional da Madeira, Governo Civil, Governo de João António de Sá Pereira, Livro 526, fl.15-16.

68 NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

69 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460; Igreja de São Tiago: Receita do Imposto, Livro 461. SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.201-226.

70 NASCIMENTO, 1931, «O Imposto de São Tiago» [...], pp.4-11.

de comercial do concelho.

Chegaram até aos dias de hoje os autos de arrematação da renda do “*senhor São Tiago nosso Padroeiro*” registados em livro próprio, entre os anos de 1734 e 1806, com algumas falhas. É de notar que no ano de 1734, o auto de arrematação se refere à “*renda das danças que iam na procissão que se mandaram proibir por indecentes e o gasto delas se aplicou para o senhor São Tiago, nosso padroeiro*”⁷¹, confirmando a origem deste imposto.

O quadro I dá-nos informação sobre o valor da arrematação da renda, processo efectuado anualmente.

Quadro I: Arrematação da Renda de São Tiago Menor (1734-1806)

Ano	Valor Arrematado	Ano	Valor Arrematado
1734	25\$000 Réis	1777	60\$100 Réis
1735	20\$000 Réis	1778	50\$650 Réis
1736	21\$800 Réis	1779	56\$500 Réis
1737	21\$800 Réis	1780	61\$000 Réis
1738	15\$000 Réis	1781	40\$050 Réis
1739	18\$000 Réis	1782	62\$600 Réis
1758	40\$000 Réis	1783	62\$800 Réis
1759	46\$000 Réis	1784	65\$200 Réis
1761	36\$000 Réis	1785	55\$100 Réis
1762	42\$300 Réis	1788	48\$100 Réis
1763	47\$150 Réis	1790	44\$000 Réis
1764	70\$000 Réis	1791	40\$100 Réis
1765	51\$050 Réis	1792	40\$000 Réis
1766	51\$150 Réis	1793	60\$000 Réis
1767	51\$000 Réis	1794	40\$100 Réis
1768	75\$100 Réis	1795	40\$000 Réis
1769	70\$000 Réis	1796	30\$000 Réis
1770	75\$000 Réis	1797	31\$000 Réis
1771	70\$000 Réis	1798	40\$100 Réis
1772	60\$000 Réis	1801	30\$000 Réis
1773	64\$000 Réis	1802	30\$000 Réis
1774	62\$000 Réis	1803	30\$000 Réis
1775	70\$000 Réis	1806	59\$000 Réis
1776	50\$000 Réis		

Fonte – Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.31-60.

Conforme podemos observar, o quadro I contém alguns hiatos temporais, em concreto, os anos de 1740 a 1757, 1760, 1786, 1787, 1789, 1799, 1800, 1804 e 1805. Apesar destas falhas, é possível apresentar uma perspectiva dos valores de arrematação da renda de São Tiago Menor.

O acto de arrematação desta renda ocorria durante o mês de Janeiro de cada ano e tinha início com uma reunião da vereação do Funchal, incluindo os procuradores dos mesteres, na qual era dada ordem ao porteiro do concelho para que lançasse a dita renda em hasta pública, para o que se convocava os interessados a dar os seus lanços. Esta renda era arrematada por quem desse maior quantia e quando tal acontecia, o porteiro da câmara colocava na mão do arrematador um ramo verde, sinal de que o processo estava concluído⁷². Posto isto, o arrematador comprometia-se perante a vereação, “*por sua pessoa e bens*” a pagar o valor acordado em “*dinheiro de contado*”⁷³. Por norma, o arrematador apresentava um fiador “*e principal pagador*” que se comprometia a cumprir o pagamento acordado entre o arrematador e o município⁷⁴. Os valores apresentados no quadro I são semelhantes aos valores de outras rubricas da receita do município do Funchal para idêntico período, como a renda do verde ou as condenações⁷⁵, revelando valores que oscilaram entre 15.000 réis e 75.000 réis. Os arrematadores desta renda, assim como os respectivos fiadores, são todos oriundos dos estratos populares. Com efeito, quando nos surge a identificação social do arrematador e do respectivo fiador, constatamos a presença de fanqueiros, marchantes, oficiais de carpinteiro, de oleiro, de sapateiro e de marceneiro, e, ainda, a presença de caseiros e um criado. Portanto, os elementos dos estratos populares são os contribuintes do imposto de São Tiago. É de destacar a presença de dois oficiais do município: a do guarda da câmara como arrematador nos anos de 1734 a 1736 e como fiador entre 1737 e 1739⁷⁶; e a do guarda-livros, António de Jesus Lamedo, como fiador entre 1794 e 1797⁷⁷.

72 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.31-32.

73 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.35vº-36.

74 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.31-32.

75 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], pp.201-202, p.221.

76 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.31-38.

77 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.55vº-57.

71 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Inventário e Rendas, Livro 460, fl.31-32.

O segundo tipo de proveniência do imposto de São Tiago era através da cobrança de taxas sobre o exercício da actividade comercial no concelho do Funchal. Pelos registos documentais disponíveis, cremos ter-se tratado de uma situação de carácter extraordinário, uma vez que os valores apurados reportam-se todos à década de 60 do século XVIII e a razão da sua cobrança foi justificada por uma determinação da vereação funchalense, de 15 de Abril de 1760, na qual afirmava que a receita arrecadada seria aplicada para

as obras da igreja de São Tiago Menor, em processo de construção desde o início da década de 50, como foi referido no ponto anterior.

O quadro II dá-nos a informação sobre os valores arrecadados, a data de arrecadação e a sua proveniência. Estes valores eram registados num livro próprio, sob a responsabilidade do *tesoureiro do santo*, um oficial nomeado pelo município do Funchal, expressamente para o exercício dessa função⁷⁸.

Quadro II: Proveniência do Imposto de São Tiago Menor: (1760-1771)

Ano	Valor Arrecadado	Proveniência	Ano	Valor Arrecadado	Proveniência
1760	48\$430 Réis	Licenças de venda de aguardente	1763	20\$400 Réis	Licenças de venda de aguardente
1760	4\$000 Réis	Aferidores eleitos	1763	\$300 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores
1760	\$600 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores	1764	4\$000 Réis	Aferidores eleitos
1760	3\$000 Réis	Licenças de venda de aguardente	1764	37\$650 Réis	Licenças de venda de aguardente
1760	9\$150 Réis	Licenças de venda de aguardente	1764	4\$000 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores
1760	34\$400 Réis	Licenças de fancias e tabernas	1764	24\$250 Réis	Licenças de venda de aguardente
1760	18\$000 Réis	Licenças de venda de aguardente	1764	\$650 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores
1760	3\$000 Réis	Licenças de venda de aguardente	1765	4\$000 Réis	Aferidores eleitos
1761	4\$000 Réis	Aferidores eleitos	1765	2\$000 Réis	Realização de uma vistoria
1761	22\$000 Réis	Licenças de venda de aguardente	1765	1\$800 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores
1761	2\$000 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores	1765	59\$450 Réis	Licenças de venda de aguardente
1761	4\$770 Réis	Boieiros	1766	4\$000 Réis	Aferidores eleitos
1761	21\$000 Réis	Licenças de venda de aguardente	1766	72\$400 Réis	Licenças de venda de aguardente
1761	\$700 Réis	Condenação feita pelo meirinho da serra	1767	4\$000 Réis	Aferidores eleitos
1762	4\$000 Réis	Aferidores eleitos	1767	55\$550 Réis	Licenças de venda de aguardente
1762	3\$000 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores	1768	4\$000 Réis	Aferidores eleitos
1762	\$800 Réis	Condenação feita pelos guardas-mores	1768	79\$500 Réis	Licenças de venda de aguardente
1762	30\$165	Licenças de venda de aguardente	1769	4\$000 Réis	Aferidores eleitos

78 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São: Receita do Imposto, Livro 461, fl.1.

1762	19\$000	Licenças de venda de aguardente	1769	59\$500 Réis	Licenças de venda de aguardente
1763	4\$000	Aferidores eleitos	1769	2\$500 Réis	Doação
1763	31\$000	Licenças de venda de aguardente	1771	4\$000 Réis	Aferidores eleitos

Fonte – Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Receita do Imposto, Livro 461, fl.2-11.

A informação contida no quadro II revela como a actividade económica do concelho podia ser geradora de uma importante receita como era o imposto de São Tiago Menor. As verbas mais avultadas e regulares são as provenientes da concessão de licenças para venda de aguardente. Também de carácter regular era a contribuição efectuada pelos aferidores de pesos e medidas, por motivo da sua eleição no início do ano, assim como a receita proveniente das condenações efectuadas pelos guardas-mores da saúde e pelo meirinho da serra. Esporadicamente, verificamos que a receita do imposto de São Tiago podia ser oriunda da concessão de licenças para funcionamento de fancarias e tabernas, da actividade dos boieiros, a efectuar transportes na cidade e no campo, e ainda pela realização de vistorias. Destaca-se a doação efectuada em 1769 pelo cônego Francisco de Vasconcelos para custear o *“feitio de um Cristo e um quadro que era da igreja velha do senhor São Tiago”*⁷⁹. Os valores arrecadados eram entregues ao tesoureiro de São Tiago Menor que os registava em livro próprio, não constando este imposto nos registos de contabilidade municipal – os livros de receita e despesa – que contêm todos os outros itens que constituíam as fontes de rendimentos da câmara do Funchal⁸⁰.

Considerações Finais

No conjunto das manifestações religiosas que marcavam o calendário litúrgico da diocese do Funchal, o culto de São Tiago Menor assumiu um interessante papel, visível no legado documental que chegou aos nossos dias. A ligação entre o município do Funchal e São Tiago Menor, estabeleceu-se logo no momento da eleição deste santo como padroeiro

da cidade, numa época em que os surtos epidémicos estavam a ter consequências devastadoras. O poder municipal, como entidade organizadora do auto de eleição do padroeiro, em 1521, e pela sua contribuição para a construção da memória do milagre ocorrido em 1538, institucionalizou o culto a São Tiago Menor. No processo de interiorização e reforço da devoção dos crentes, a edificação de um templo dedicado a São Tiago Menor e a ornamentação do espaço devocional com imagens e alfaia litúrgicas assumiu um papel preponderante. Na qualidade de responsável pela manutenção da igreja de São Tiago e, igualmente, pela manutenção do sentimento religioso da população, o município do Funchal não descurou a componente festiva da devoção. Assim, a festa processional, realizada anualmente no dia 1 de Maio, tornou-se uma das principais festividades organizadas e patrocinadas pela instituição municipal. No entanto, quer para a manutenção do templo e das suas alfaia, quer para a realização da festa, era necessário arranjar os meios de financiamento adequados. Consequentemente, foi com essa finalidade que se instituiu o imposto de São Tiago. Ao contrário das outras fontes de receita do município funchalense, este imposto teve origem no costume, e, pela sua peculiaridade, nunca constou dos livros de escrituração da contabilidade da câmara do Funchal. Era registado em livro próprio e, pelas fontes que chegaram aos dias de hoje, pudemos constatar que podia ser cobrado de forma indirecta, por meio de arrematação, ou de forma directa, por meio do lançamento de taxas sobre o exercício da actividade comercial no concelho, maioritariamente, sobre a venda de aguardente. Os contribuintes directos do imposto de São Tiago eram os elementos dos estratos populares. Tal foi possível deduzir em função dos termos usados nos autos de arrematação da renda. Com efeito, a documentação fala-nos nos excessos cometidos pela população por ocasião da festividade. Esses excessos, apelidados de “burlescos” ou “indecentes” teriam sido considerados pela hierarquia eclesiástica como manifestações profanas. Logo, era

79 Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Igreja de São Tiago: Receita do Imposto, Livro 461, fl.2-11, n.º49.

80 SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal* [...], p.201 e seguintes.

necessário refrear semelhantes ímpetos. A solução encontrada pelo poder municipal foi sujeitar a população ao pagamento de um imposto, estabelecendo, por esta via, uma maneira mais amena e, sobretudo, mais útil para o cofre camarário, da comunidade expressar a sua devoção a São Tiago Menor.

Fontes e Bibliografia

A) Fontes Manuscritas

Arquivo Regional da Madeira

Câmara Municipal do Funchal

Igreja de São Tiago Menor: Livros 460, 461, 462.

Vereações: Livros 1353, 1354, 1359, 1361.

Governo Civil

Governo de João António de Sá Pereira: Livro 526.

B) Fontes Impressas

NASCIMENTO, Cabral do, 1931, "O Imposto de São Tiago e a Procissão do Voto Segundo os Manuscritos do Tombo Municipal" in *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume I, pp.4-11.

NORONHA, Henrique Henriques de, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Introdução, Transcrição e Notas de Alberto Vieira, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Metade do Século XVI, 1998, Introdução, Transcrição e Notas de José Pereira da Costa, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Bibliografia

BARROS, Bernardete, GOMES, Fátima Freitas, SILVA, Iolanda, 1989, "A Festa Processional *Corpus Christi* no Funchal. Séculos XV a XIX" in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Volume I, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp.344-356.

COELHO, Maria Helena da Cruz, 1998, "O Poder Con-

celhio em Tempos Medievais. Balanço Historiográfico" in *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp.49-62.

GOUVEIA, António Camões, 2000, "O Controlo do Tempo" in *História Religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, sl., Círculo de Leitores, pp.317-322.

GOUVEIA, António Camões, 2000, "Procissões" in *História Religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, sl., Círculo de Leitores, pp.334-345.

GOUVEIA, António Camões, 2001, "Procissões" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Volume III, Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, sl., Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, pp.67-72.

PESTANA, Maria Isabel Santa Clara Gomes, 2004, *Das Coisas Visíveis às Invisíveis. Contributos para o Estudo da Pintura Maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Madeira, Exemplar Policopiado.

RODRIGUES, Rita, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750. A Eficácia da Imagem*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Madeira, Exemplar Policopiado.

SILVA, Fernando Augusto, MENEZES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, José Manuel Azevedo e, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 1998, "Os Municípios de Funchal e de Machico e as Reformas Pombalinas. Consequências na sua Administração" in *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp.303-326.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

VIEIRA, 1993, "As Constituições Sinodais das Dioceses de Angra, Funchal e Las Palmas nos Séculos XV a XVII" in *Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Volume I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp.455-481.

VIEIRA, 2005, "A Igreja e a Cultura" in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Volume III, Tomo I, *A Colonização Atlântica*, Coordenação de A. Teodoro de Matos, Lisboa, Editorial Estampa, pp.175-206.